

A FARDA DO SOLDADO: SINÔNIMO DE PODER, VIOLÊNCIA E ABRIGO

Polliana Borba¹

O ano é o de 1849, estamos na vila de Rosário, o então subdelegado Feliciano Xavier Freire relata em ofício ao comandante do destacamento suas preocupações com o engajamento², haja vista não ter se apresentado nenhum homem como voluntário para o serviço das armas, desse modo dever-se-ia principiar o recrutamento. Segundo o subdelegado era preciso que todos os meios possíveis fossem empregados para que pudessem conseguir homens para o serviço (MARANHÃO, delegado de polícia, ofício nº 25 de 30 de setembro de 1849, anexo. Avulsos/ APEM).

Feliciano Xavier Freire, no mesmo texto, relembra ao comandante uma anterior combinação de ambos, tratava-se da forma como seriam “pegos” os possíveis recrutados. O comandante do destacamento deveria orientar os praças sobre quando saíssem pelas ruas e arredores da vila para “pegar” os recrutados deveriam estar vestidos à paisana para que não fossem percebidos pela população³ (MARANHÃO, delegado de polícia, ofício nº 25 de 30 de setembro de 1849, anexo. Avulsos/ APEM). A estratégia era um tanto ousada, porém necessária pois somente assim Feliciano Xavier conseguiria “pegar” os homens que deveriam tornar-se soldados e completar sua cota perante sua majestade real⁴.

O recrutamento era uma tarefa nada fácil. Os recrutadores estavam sempre relatando aos seus superiores as dificuldades que enfrentavam no desempenho de suas funções. Estratégias, como a relatada a cima, eram buscadas pelos “caçadores de homens” para mascarar seu intento. Dessa forma Mendes (1998, p. 12) concluiu que:

Paradoxalmente, o sucesso da tarefa do recrutamento será dependente, justamente, e no mais alto grau, de sua imprevisibilidade. Segredo e simultaneidade serão

¹ Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); integrante do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA).

² Beattie (2009, p.17-40) diferencia o recrutamento forçado da “consciência”. Diz que ambos são formas de recrutamento. O primeiro é um ato “coercitivo” determinado por autoridades a quem incumbem o ato; o segundo exige a confecção de uma lista ou alistamento de pessoas. O engajamento, no oitocentos, é para aqueles que se apresentam de forma voluntária (AMARAL, 1872).

³ “Tempo do pega” é uma expressão de como ficou registrado na memória coletiva o alistamento forçado para as forças armadas, como Assunção (1998; 2003; 2008) registrou em suas pesquisas.

⁴ Havia um número de recrutas estabelecido a cada província, era dividido pelo presidente entre as comarcas, proporcionalmente ao número de freguesias e ao número de cidadãos qualificados votantes nas eleições primárias existente em cada uma delas. Na localidade onde não se completasse a quantidade estabelecida de indivíduos, o recrutamento seguiria aberto o tempo que fosse necessário (AMARAL, 1872).

recomendados como fatores decisivos para o sucesso do apresamento. Todos sabem que na ausência de quaisquer previsões distributivas, praticamente qualquer um pode ser objeto da caçada humana. À menor suspeita da aproximação do recrutamento, os possíveis recrutas se antecipam e desaparecem nos sertões. A população se vê tomada de pânico e as vilas tornam-se desertas.

Ou seja, quanto menos se espalhasse a notícia de que o recrutamento estava aberto, melhores resultados seriam obtidos. A falta de pessoas recrutáveis é a queixa apresentada com maior frequência para o não cumprimento das metas impostas aos recrutadores⁵. Em muitas ocasiões era dito não haver naquelas localidades ninguém nas circunstâncias de ser recrutado, pois todos tinham uma “ocupação” válida ou estavam protegidos pelas isenções previstas em lei⁶.

Porém, o que observamos nessa prática é como a estratégia do subdelegado Feliciano Xavier remete a pensar a intrínseca relação entre o grupo social atingido pelo recrutamento e a farda, ambos permeados de implicações componentes de um sistema com complexas relações entre senhores, recrutadores e recrutados.

Os passos do recrutamento na historiografia

O recrutamento militar é o alistamento de pessoas do sexo masculino para preencher as fileiras das tropas de linha, termo que, à época, denominava as tropas profissionais, o Exército e a Armada (Marinha). Era deflagrado anualmente quando o governo estabelecia o calendário e o número de indivíduos que os municípios da Corte e as províncias deveriam fornecer para servir em cada corpo militar. O recrutamento ocorria ou de maneira voluntária ou de maneira forçada (AMARAL, 1872). Os indivíduos com desejo de servir em uma dessas tropas poderiam se apresentar ao quartel, neste caso, considerar-se-iam voluntários. Contudo, caso não se completasse a meta estabelecida para as forças militares seria acionado o caráter forçado.

Na historiografia que aborda a temática, o recrutamento é considerado como um dos processos mais arbitrários e que vitimava grande parcela da população pobre. De maneira geral, sua função consistia não somente em suprir as fileiras das tropas de linha, mas também

⁵ Ver Borba (2016) sobre as práticas de recrutamento no Maranhão Provincial.

⁶ Nos referimos as Instruções de 10 de julho de 1822, que entrou em vigor no mesmo ano, e ficaram conhecidas com as Instruções de 1822. De acordo com Faria (2007, p.112), elas podem ser vistas como “os pilares do recrutamento forçado” para as tropas profissionais, colocados em prática durante quase todo o Império Brasileiro, e que seriam complementadas com outros decretos, vigorando até 1875, quando foi estabelecida a lei do recrutamento através do sorteio (BRASIL. Lei n.2556, de setembro de 1874).

servia como estratégia para a manutenção da ordem e o controle social de quem se encontrava nas camadas mais marginalizadas da sociedade (MOREIRA, 2006; SILVA, 2001; IAMASHITA, 2010). Ao mesmo tempo, especialistas na temática são unânimes em enfatizar a coercitividade empregada nessa prática (SILVA, 2001; GOMES, 2010).

Os estudos acerca do “recrutamento militar no Maranhão” são bem recentes, e seguem a perspectiva dos estudos denominados e inseridos no que tem se chamado de Nova História Militar⁷.

É considerada uma nova escrita sobre história militar, mas não se atem a narrar os feitos dos comandantes das batalhas, nem mesmo à descrição das batalhas consideradas gloriosas ou estratégias de guerra e muito menos a idealizar os corajosos homens com suas altíssimas patentes que venceram as adversidades e deixaram seus nomes e marcas na história do país, tornando-se os heróis idolatrados. Deixou-se de lado as posições anteriormente já célebres, não as (re) negando, mas tornando-as mais amplas para além dos conceitos já conhecidos, vejamos (KEEGAN, 2000: 28-30, apud PEDROSA, 2011: 2):

A História Militar é um conjunto de muitas coisas. É – e para muitos escritores do passado e do presente é pouco mais do que isso – o estudo dos generais e do generalato [...]. A História Militar é também o estudo do armamento e do sistema de armas, da cavalaria, artilharia, castelos e fortificações, do mosquete, do arco, do cavaleiro com armadura, do encouraçado, do bombardeiro estratégico. [...] A História Militar é, por outro lado, o estudo das instituições, regimentos, estados-maiores e escolas de estado-maior, dos exércitos e das marinhas em geral, das doutrinas estratégicas adotadas na batalha [...]. A História Militar, podemos inferir daqui, tem, em última análise, de tratar da batalha.

Para Pedrosa (2011), tal postura era algo tradicional na escrita da História Militar e só mudaria após a Segunda Guerra Mundial. Haveria uma amplitude do conceito passando a considerar também categorias como a “história das instituições militares”, seja na “paz” ou na “guerra” e principalmente “a relação com a sociedade”. Dessa forma busca-se nesse momento oferecer destaque à história daqueles que foram deixados à margem da escrita, os quais não são vistos por seus feitos/participação nas batalhas, mas que ainda assim fizeram parte do conjunto para que o objetivo final fosse alcançado.

Na ampliação desta abordagem podemos destacar que os estudos de Edward Thompson meio que alavancaram abordagens com ênfase em uma história não da elite⁸, mas

⁷ Borba (2016) oferece um trabalho nessa proposta ao qual se soma a linha de estudos voltados nessa temática e na pretensão de responder aos questionamentos de como essa prática se deu na Província do Maranhão, considerando que já existia uma produção bibliográfica significativa em outras regiões.

que dissessem respeito àqueles que foram deixados à margem da história. A partir de então o conceito de história vista de baixo foi idealizado passando a fazer parte do vocabulário dos historiadores (SHARPE, 1992).

De acordo com Sharpe (1992, p. 54) a história vista de baixo é o caminho para uma “compreensão histórica mais rica” em que a experiência do cotidiano das pessoas” comuns somado a temática dos “tipos mais tradicionais de história” tem melhores resultados, pois não se pode escrever a história com um único olhar, é necessário um contexto. A abertura a estes novos caminhos possibilitou o aprofundamento da escrita da história e aproximação com outras áreas.

A proposta de uma nova história com interesses mais amplos já vinha tomando posições desde o movimento dos *Annales*, em 1929, uma “*nouvelle histoire*”, (SOARES e VAINFAS, 2012: 113):

Tripudiarão sobre a historiografia historicista do século XIX, reduzida por eles à mera descrição factual de episódios políticos, em contraposição a uma história-problema, totalizante e interdisciplinar. Referiram-se à sua proposta como uma *nouvelle histoire* caracterizada, antes de tudo, por ser uma história social no sentido amplo.

Essa nova história teria como pilares fundamentais o econômico e social em contraposição a história que vinha sendo escrita, mais precisamente a história política⁸. Preocupar-se-ia a partir de então com o estudo das estruturas, “aquilo que não se vê, mas está por trás” (FERREIRA, 1992, p. 266).

O advento dessa nova história influenciou a escrita, a forma de pensar e ver as instituições militares seguindo o caminho desta nova corrente de pensamento que havia surgido (BLOCH, 2002: 55 apud PEDROSA, 2011: 4).

Os adeptos da Nova História buscam a multidisciplinaridade dos estudos históricos, com a utilização de novas fontes de pesquisa, além dos tradicionais documentos escritos, e de novos pontos de vista, como a história vivida e protagonizada pelos estratos inferiores da sociedade, no que ficou conhecido como a “história vista de baixo”. Seu ideal é ser a “‘Ciência dos homens’ [...] [e] É preciso acrescentar: ‘dos homens no tempo’”.

⁸ Referimo-nos a publicação de seu artigo 'The History from Below' em The Times Literary Supplement, em 1966 (SOARES e VAINFAS, 2012: 113).

⁹ A história política foi renegada e só retornaria ao cenário a passos largos, retorno este que René Rémond chamou de “renascimento da história política”, muitos fatores foram revistos e outros foram somados a história política, como por exemplo a aproximação com outras disciplinas. Segundo René Rémond a nova história política havia perdido seu caráter elitista e individualista (FERREIRA, 1992).

Da mesma forma que se mudam os protagonistas também mudam-se os autores. Há um legado na historiografia militar em que seus escritos iniciais são reservados a militares e os quais em geral detalharam as estratégias de guerra/batalha utilizadas para vencer ou narram os principais atos que os direcionaram ao fracasso.

Essa modificação na conceituação e também no autor – que foi do militar ao historiador – também tem seus resquícios na Escola dos *Annales* os quais acenderam novas possibilidades para a aceitação de estudos das mais variáveis temáticas com um jeito diversificado na forma de escrever e interpretar. Embora, segundo Moreira e Loureiro (2012: 14), o grupo a princípio não tenha priorizado a temática “militares”, mas contribuiu de forma significativa no “modo de produção do conhecimento”.

Essa nova abordagem na história militar traz à tona explanações sob um novo olhar – o do historiador – que ao trabalhar com determinados seres humanos, os coloca como tal, buscando em suas pesquisas as respostas para os questionamentos que se estabelecem segundo as suas subjetividades.

Parente (2009) propõe que o historiador militar deve compreender o conceito de guerra como “uma estrutura histórica dinâmica no tempo das civilizações”, considerando que ambos os conceitos – guerra e história – “não são os mesmos em todas as culturas”.

Nas palavras de Jardim e Piepper (2010: 90) independente da história que se estuda, seja a “vista de cima” seja a “vista de baixo”, é preciso encontrar um caminho mediador que possa oferecer abertura a novos campos de estudos. A Nova História Militar é fruto desses novos caminhos, ela é mostrada como uma escrita de oposição à história militar considerada tradicional.

A principal crítica com relação à historiografia militar tradicional reside na forma estanque em que o militar e as instituições militares eram tratados; ou seja, eram retratados “fora” dos “contextos social, cultural, psicológico e geográfico. Não eram entendidos como receptores e agentes de transformação social” (JUNIOR E LOUREIRO, 2012: 92-93 apud VIANNA, 2013: 14).

Essa nova abordagem voltada para o diálogo e a contextualização perpetuar-se-á nos estudos e discursos que caracterizaram a Nova História Militar. Consoante Pedrosa (2011: 9-10) a gênese da “Nova História Militar sofria clara influência da ‘Nova História Cultural’, então em voga nas universidades norte-americanas, concentrando suas atenções em temas como poder, ideologia, classe, identidade cultural, raça, gênero etc.”, passando a ter como objeto de estudo “as relações entre as instituições militares e a sociedade” além de

proporcionar o aparecimento de estudos voltados a temáticas como a “composição social das forças e dos quadros de oficiais, o recrutamento e questões culturais, de gênero e de raça nas instituições militares”. Segundo o autor, esta tendência seria também uma consequência da falta de familiaridade do historiador com as experiências militares.

O encontro entre a História Militar e a História Social, segundo Parente (2009: 9) tornou-se um dos “campos mais fecundos da historiografia atual”, sendo a categoria entendida a partir “de uma rede complexa de estruturas sociais” no sentido de tentar compreender as instituições e os fenômenos militares a partir das sociedades onde estão inseridos. O autor ainda nomeia os novos campos de estudos que surgiram dessa união, entre eles, o recrutamento e as mais diversas formas de como vê-lo. Vejamos:

O estudo das formas recrutamento ou engajamento – forçado, sorteio, obrigatório, voluntário – em suas ideologias e motivações, nos grupos sociais, étnicos, econômicos ou regionais que atingiu. Ou o contrário do recrutamento, o seu oposto simétrico, a deserção, tema sobre o qual pouco se conhece na História Militar, não apenas a brasileira (PARENTE, 2009: 10).

São estudos que alargaram o debate acerca da temática “militares” ampliando os caminhos já percorridos e estabelecendo novos nas mais diversas perspectivas e nos diferentes campos do conhecimento.

A farda e as implicações de vesti-la

Nos períodos em que o recrutamento forçado passava a vigorar, toda a sorte de acontecimentos poderia ocorrer. O relato de Feliciano Xavier Freire e sua estratégia para pegar recrutas não é isolado entre tantos outros que ocorreram no Brasil. Isso legou uma imagem negativa dessas práticas ficando registrada na memória coletiva e na história como algo que prejudicava aqueles que eram vulneráveis de serem atingidos por elas.

É inegável que o recrutamento no século XIX, prática institucionalizada pelo regime político da época, legou diferentes imaginários à história. Imaginário conforme Baczko (1991, p. 08 *apud* ESPIG, 2003, p. 52), sendo “um conjunto de representações coletivas e idéias imagens” constituídas nas relações sociais. Nessa perspectiva as representações são elementos fundamentais na construção desse imaginário social.

Chartier (1990, p. 17) analisa representação como um conjunto de “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias

fundamentais de percepção e de apreciação do real”. Nesse contexto “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” de acordo com a posição de cada um em determinados espaços da sociedade.

A estratégia tomada por Feliciano Xavier foi uma forma de esconder algo de que muitos indivíduos do sexo masculino fugiam: o serviço das armas. Observa-se que a falta da vestimenta é determinante para que se consiga ter sucesso na prática empregada pelo subdelegado, porém mesmo havendo a ausência do objeto (a farda), este remete a uma ideia original, neste caso, a prestação do serviço militar e as consequências advindas desse serviço logo quando o indivíduo se vê preso (CHARTIER, 1990).

Portanto,

Por um lado, a “representação” faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença. Mas a contraposição poderia ser facilmente invertida: no primeiro caso, a representação é presente, ainda que como sucedâneo; no segundo, ela acaba remetendo, por contraste, à realidade ausente que pretende representar (GINZBURG, 2001: 85 apud ESPIG, 2003: 52).

A representação mesmo quando o objeto ausente ainda é possível substituí-lo por uma imagem capaz de remeter ao que condiz ou pintá-lo como é, a exemplo do episódio descrito, os indivíduos quando “pegos” logo se veem inseridos num sistema tido por eles como abusivo, autoritário e violento presente na pessoa do soldado que o “pega”, tornando o recrutamento “um dos grandes vilões que assombrava a população masculina pobre e livre do Maranhão” nos oitocentos (CHARTIER, 1991; DUTRA, 2010: 30).

Segundo Chartier (1990, p. 17) as representações estão inseridas em espaços de lutas “cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” fator observado nos grupos sociais que tiveram contato com o recrutamento. Por um lado, o grupo que detinha o domínio da prática satisfazia-se a seu bel prazer, o recrutamento acaba sendo visto como uma prática permeada por uma “densa rede de isenções e privilégios legais”, num “complexo jogo de negociações com os poderes locais”, tornando-o objeto de “tradução local” pelas autoridades competentes, ou seja, servindo a interesses pessoais¹⁰. Numa tentativa, por vezes, usada com força da violência para imposição de domínio nos territórios ocupados pelos senhores.

¹⁰ Segundo o Mendes (2010; 1998), no Brasil Império, esse jogo foi ainda mais concretizado e legalizado quando da criação da lei de isenções, as Instruções de 1822, onde as isenções foram alargadas o que significou a consolidação de uma espécie de “*economia moral do recrutamento*”, promovida pela “*tradução local*”, isto é, “*um conjunto de regras não escritas*”, que se sobreponha às normas jurídicas.

Por outro, os grupos sociais atingidos pelo recrutamento não estavam totalmente passivos aos caprichos dos dominadores. Nesse contexto, as armas e a farda são aparelhos vistos como sinônimo de perseguição e punição, a única saída era a fuga. Havia um intenso combate entre esses grupos refletido nas mais variadas formas de como se escapar de cair nas malhas do recrutamento por um e o uso da violência pelo outro.

Os abusos cometidos ao “pegar” os recrutas assim como a propagação de notícias sobre a árdua vida de soldado foram fatores que se reproduziram e cristalizaram-se no imaginário daquela sociedade, tais “imaginários sociais veiculados tanto pela linguagem dos gestos e dos objetos como pela palavra viva neste meio dominado pela cultura não-escrita, são solidários com o ritual da violência” este vistos por ambos os grupos sociais e gerando confrontos armados principalmente quando as pessoas das localidades tomavam conhecimento antecipadamente da chegada das autoridades encarregadas do recrutamento e, dessa forma, buscavam alternativas para escapar, fosse embrenhando-se nas matas, casando-se às pressas ou partindo para os embates representando atos defensivos em reposta a chegada dos invasores e contra uma agressão já caracterizada anteriormente (BACZKO, 1985, p. 316).

Ao ocultar suas intenções, Feliciano Xavier reafirmar-nos como através da farda os indivíduos já “pintavam” o que seria o serviço militar. Estavam agregados a esse objeto fatores muito negativos como o receio de ser mandado para longe do convívio familiar e das redes de sociabilidade em que se estava inserido; aversão à degradante vida de soldado, com soldos baixos e constantemente atrasados, marchas forçadas, alimentação precária, entre outros fatores (ASSUNÇÃO, 2003). Somado a violência com que a prática era exercida pois as casas, lavouras e vilas se tornavam suscetíveis de invasão e os homens considerados válidos eram apanhados, algumas vezes com o uso da força.

A farda, se para uns, era a representação de algo repulsivo e motivado a fugas, para outros tornava-se abrigo, usando as palavras de Kraay (1994, p. 30).

No Brasil do século XIX, os escravos fugiam cotidianamente para se alistar no Exército como voluntários, enquanto outros eram recrutados a força para desespero de seus donos, os quais eram obrigados, muitas vezes, a enfrentar longos e maçantes procedimentos legais e administrativos para reclamar suas propriedades.

Porém, essa questão esbarrava no direito de propriedade, pois o escravo pertencia a alguém, ainda assim não podemos nos esquecer de que o engajamento de escravos foi

oficialmente permitido apenas em momentos críticos¹¹. É digno de nota dizer que o sistema do qual esses indivíduos eram provenientes é visto de forma opressiva, então vêm no alistamento voluntário a saída de uma vida repleta de horrores. Contudo, Silva (2001), em seus estudos na Bahia colonial, dirá que a vida de um soldado é equiparável a vida de escravo para tal a autora considera, dentre outros fatores, a alimentação e a árdua vida de trabalhos forçados (muitas vezes sem recebimentos). O único fator que separava soldados e escravos era apenas a condição jurídica, esta que alimentava os sonhos dos escravos que se alistavam voluntariamente que preferiam morrer de fome livres à vida de escravidão.

As ações dessa prática internalizaram nos indivíduos anseios de repulsa, controle ou saída de uma situação opressiva devido à falta de uma compreensão a respeito da funcionalidade do sistema de recrutamento, dessa forma, diferentes imagens foram pintadas para retratá-lo. Os objetos que estiveram relacionados ao recrutamento mesmo quando estivessem longe dos olhos seriam representados em sua quase totalidade objetivando “a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” considerando que nenhum discurso estaria livre da subjetividade (CHARTIER, 1990, p. 17).

Considerações finais

É inegável que os meios utilizados e as formas de executar o recrutamento deixaram marcas indeléveis na história em todos os recantos do extenso território brasileiro. Os autores que estudam o assunto colocam-no como causador de grande terror, pois além da arbitrariedade, não havia convocação prévia, quando se iniciava o processo. A violência exercida não deixou de ser reproduzida no imaginário da sociedade como visto nos estudos de Assunção (1998; 2008) em um retrato da revolta da Balaiada, ocorrida no Maranhão de 1839 a 1841, colocando o recrutamento como o ápice para o início do conflito e como a prática ficou conhecida na memória oral.

A farda serviu a diferentes senhores gerando diversos sentimentos entre grupos sociais dominantes e também simpatia por parte dos indivíduos que se voluntariavam, assim como a

¹¹ Segundo estudiosos, houve o recrutamento de escravos em casos de guerra como a da Independência da Bahia (1822-1823) e a guerra do Paraguai (1864-1870), mas deixamos claro que em ambos os casos não houve ameaça ao direito de propriedade (KRAAY, 1994). Podemos ver mais informações nos trabalhos de Cesar Eugênio Macedo de Almeida Martins, entre eles: *A dinâmica do recrutamento militar na província de Minas Gerais: Mobilização, Conflito e Resistência durante a Guerra do Paraguai (1865-1870) e na reunião de trabalhos do Seminário de História da Guerra da Tríplice Aliança...* (2011).

repulsa vista nas fugas e deserções como resposta a violenta forma como ocorria o recrutamento. Fato é que havia forte aversão dos pobres livres ao recrutamento. As condições de vida dos soldados levavam essa parcela da população a se afastar do alistamento espontâneo, mesmo que houvesse algumas medidas que visavam diminuir a aversão na prática, o recrutamento continuava sendo uma espécie de caçada humana, como os contemporâneos o chamavam. A farda, então, tornava-se símbolo de coercitividade do alistamento feito de forma compulsória, ao mesmo tempo representação de um sistema que a tornou instrumento de perseguição e punição a desafetos de ambos os grupos sociais envolvidos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Antônio José do. **Indicador da legislação militar em vigor no exército do império do Brasil organizado e dedicado a S.M.I. pelo ...** 2 ed. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1872. v. 1, parte I e II.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. “Histórias do Balaio”: historiografia, memória oral e as origens da Balaiada. **Revista Brasileira de História Oral**, n. 1, junho, p. 67-89, 1998. Disponível em <<http://revista.historia.org.br>> Acesso em: 14 julho 2016.

_____, **A guerra dos Bem-te-vis: a balaiada na memória oral**. São Luís: Edufma (Coleção Humanidades, nº 6), 2008.

_____, Cabanos contra Bem-te-vis: a construção da ordem Pós-Colonial no Maranhão. In: PRIORE, Mary Del e GOMES, Flávio dos Santos. **Os Senhores dos Rios: amazônia, margens e histórias**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. Acesso em maio/2018.

BEATTIE, Peter M. **Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945**. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: Edusp, 2009.

BORBA, Polliana. **A Caçada Humana: recrutadores e recrutados no Maranhão Provincial (década de 1840)**. Monografia (Graduação) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

BRASIL. **Lei n. 2556 de 26 de setembro de 1874**. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral>> Acesso em: maio/2018.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n.11, 173-191, 1991. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br>>. Acesso em março/2018

DUTRA, Edvaldo Dorneles. **Ordem e desordem**: recrutamento e desvio de conduta no Corpo de Polícia do Maranhão em meados do séc. XIX. Monografia (Graduação) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

ESPIG, Márcia Janete. O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela História. **Revista Textura-ULBRA**, Canoas-RS, v. 05, n. 09, nov. de 2003 a jun. 2004, p. 49-56. Disponível em <www.periodicos.ulbra.br>. Acesso em 20 jul. 2018.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Em nome da ordem**: a construção de aparatos policiais no universo luso brasileiro (Séculos XVIII e XIX). Tese (Doutorado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova "velha história": o retorno da história política. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1937>>. Acesso em: 06. Maio. 2018.

GOMES, José Eudes. **As milícias d'rei**: tropas militares e poder no Ceará setecentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

IAMASHITA, Léa Maria Carrer. **Modernização e Rebelião**: a dinâmica da política regencial e a Revolta da Balaiada no Maranhão (1831-1841). Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

JARDIM, Rejane Barreto e PIEPPER, Jordana Alves. Aproximações e divergências: história social, história cultural e a perspectiva gênero. **MÉTIS: história & cultura** – v. 9, n. 18, pp. 87-97, jul./dez. 2010. Disponível em: <www.ufrpe.br/etc/revistas/index.php/metis> Acesso em: 12/09/2016.

KRAAY, Hendrik. “O abrigo da farda”: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1881. **Revista Afro Ásia**, n. 17, 1996, p. 29-56. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n17_p29.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2013.

MARANHÃO. Secretaria de Polícia. Delegados de Polícia (Correspondências) 1842-1850. Delegados de Polícia de diversos Municípios para o Chefe de Polícia da Província do Maranhão. Setor de Avulsos. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

MENDES, Fabio Faria. **Recrutamento militar e construção do estado no Brasil imperial**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

_____. A Economia moral do recrutamento militar no império Brasileiro. **Revista Brasileira Ciências Sociais**, vol. 13 n. 38 São Paulo Oct. 1998. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

MOREIRA, Vânia Maria Lousada. Caboclisto, Vadiagem e Recrutamento Militar entre as populações indígenas do Espírito Santo (1822-1875). **Diálogos Latino-americanos**.

Dinamarca, num. 11, 2006, pp. 94-120. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo>>
Acesso em: 1 fev. 2015.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri e LOUREIRO, Marcello José Gomes. A Nova História Militar e a América Portuguesa: balanço historiográfico. In.: POSSAMAI, Paulo (org.). **Conquistar e defender**: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo, Oikos, 2012, pp. 13-31.

PARENTE, Paulo André Leira. A construção de uma nova história militar. **Revista Brasileira de História Militar**. Ano I, ed. especial de lançamento, dez-2009. Disponível em:< <http://www.historiamilitar.com.br/edicao/edicao-01-ano-I-dez-de-2009/>> Acesso em: 15/09/2016.

PEDROSA, Fernando Veloso Gomes. A história militar tradicional e a “nova história militar”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em:<www.snh2011.anpuh.org> Acesso em: 12/09/2016.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo, Editora UNESP, 1992.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial**: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001.

SOARES, Luiz Carlos e VAINFAS, Ronaldo. Nova História Militar. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. pp. 113-132.

VIANA, Wania Alexandrino. **A “gente de guerra” na Amazônia Colonial**. Composição e mobilização de tropas pagas na capitania do Grão-Pará (primeira metade do século XVIII). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.